



# A TRADIÇÃO DESAFORTUNADA – O REGIONALISMO E A LITERATURA BRASILEIRA

THE HAPLESS TRADITION – REGIONALISM AND  
THE BRAZILIAN LITERATURE

## Viviane Cristina Oliveira

Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil. Professora adjunta da Universidade Federal do Tocantins – Brasil.

E-mail: [vivianecristina@uft.edu.br](mailto:vivianecristina@uft.edu.br)

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5038-7491>



**RESUMO:** Ao tratar da questão regional em capítulo inserido na coletânea *A literatura no Brasil*, Afrânio Coutinho não deixou de assinalar a amplitude do tema afirmando que “do simples localismo ao largo regionalismo literário, há vários modos de interpretar e conceber o regionalismo” (COUTINHO, 1986, p. 34). Conceito não raras vezes considerado em suas contradições e seu esgotamento, ora acolhido ora recusado por autores e pesquisadores, o regionalismo, ou mesmo os regionalismos, constituem tema constantemente renovado na potência de diálogos interdisciplinares. Entre as muitas possibilidades de abordagem e interpretação em torno da questão regional em nossas letras, neste texto ensaio revisitar alguns discursos historiográficos que teceram um vínculo estreito entre o regionalismo e o naturalismo, vínculo significativo para a compreensão do que é considerado demérito em obras lidas como regionalistas. Além de juízos críticos, são os textos de Aluísio Azevedo e Inglês de Sousa eixos para a pretendida revisitação deste tema em nossa literatura.

**Palavras-chave:** Regionalismo; Historiografia; Literatura brasileira

**ABSTRACT:** When dealing with the regionalistic issue in a chapter encompassed in the collection *The Literature in Brazil*, Afrânio Coutinho did not fail to highlight the breadth of the theme. To him “from simple localism to broad literary Regionalism, there are several ways of interpreting and conceiving Regionalism” (COUTINHO, 1986, p. 34). As a concept considered in its contradictions and exhaustion, not always accepted by authors and researchers, Regionalism, or even Regionalisms, constitute a constantly renewed theme in the powerful field of Interdisciplinary Dialogues. Amongst a great amount of approach and interpretive possibilities around the regional issue in our literature, this paper attempts to revisit some historiographical discourses which has created a close link between Regionalism and Naturalism. As well as a significant link for

understanding what is considered a demerit in works labeled “regionalists”. To enrich the analytical process, the texts by Aluísio Azevedo and Inglês de Sousa are used to help us revisit this theme in Brazilian literature.

**Keywords:** Regionalism; Historiography; Brazilian Literature.

## 1 INTRODUÇÃO

Afrânio Coutinho lançou em 1968, na coleção *Documentos Brasileiros* dirigida por Afonso Arinos de Melo Franco, o livro *A Tradição Afortunada* dedicado a apresentar “a formação e desenvolvimento do instinto de nacionalidade na crítica brasileira, durante o século XIX”, instinto responsável pela formação e fortuna de uma tradição que legou “ao pensamento nacional uma vigorosa tomada de consciência de sua autonomia, integridade e originalidade” (COUTINHO, 1968, p.xxi, xxiv<sup>1</sup>). Compondo um panorama interpretativo sobre a concepção e evolução de uma ideia de literatura brasileira que abarca desde as produções coloniais àquelas posteriores à independência política, Coutinho tece uma linha evolutiva que, de escritos do século XIX, como os de Ferdinand Dennis, Gonçalves de Magalhães, Santiago Nunes Ribeiro, Araripe Júnior, Sílvio Romero, entre outros, desemboca na madura produção crítica do século XX, herdeira dos pressupostos de uma tradição crítica pautada nos critérios da nacionalidade.

Destacando o Modernismo como auge da consciência madura da nação e de sua representação, o autor nos encaminha para um

<sup>1</sup> As páginas estão indicadas como consta na edição de 1968 do livro de Afrânio Coutinho, *A Tradição Afortunada (O Espírito de Nacionalidade na Crítica Brasileira)*, Rio de Janeiro: José Olympio.

momento em que uma das vertentes desta tradição nacional, ou ainda uma tradição a ela associada, a regional, passa a ser intensamente questionada enquanto limitadora daquele sentimento íntimo, ao qual se referia Machado de Assis, sentimento responsável por tornar o brasileiro “homem de seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.” (ASSIS, 1974, p. 345). Se na interpretação de autores como Sílvio Romero e Araripe Júnior o elemento regional, focalizado no folclore e costumes locais, é traço relevante para a brasilidade de nossas letras, como o demonstra Coutinho, grande parte da crítica que se desenvolve especialmente após os anos modernistas lerá o regionalismo como expressão menor em termos de conteúdo e forma, “instrumento de descoberta” não mais necessário nas “literatura evoluídas do Ocidente” (CANDIDO, 1993, p. 193), como afirma Antonio Candido em sua *Formação da Literatura Brasileira*.

Ao encerrar seu texto sobre a crítica no Brasil e a ideia de nação, Afrânio Coutinho não deixa de destacar a encruzilhada entre o local e o universal, que perpassa as reflexões sobre a nacionalidade literária, especialmente quando tratada pelo viés regional: “ser nacional e regional não corresponde a ser antiuniversal. Ao contrário. Disse-o André Gide: um artista é universal na medida em que é regional” (COUTINHO, 1968, p. 189). Como afirmou o autor em tópico dedicado a este tema na coletânea *A literatura no Brasil*, “do simples localismo ao largo regionalismo literário, há vários modos de interpretar e conceber o regionalismo” (COUTINHO, 1986, p. 34), sendo o mais recorrente, poderíamos acrescentar, aquele que o considera “literatura de segunda plana que se louva por tradição escolar ou, nos casos melhores, por amor ao documento bruto que transmite” (BOSI, 1994, p. 141), como o diz

Alfredo Bosi ao ler a produção regionalista em chave negativa, exceto ao referir-se a autores como Guimarães Rosa.

Considerando os problemas de recepção do texto considerado regionalista e, digamos, a má fortuna de tal classificação em nossas letras, nestas páginas gostaria de ensaiar algumas reflexões sobre o regionalismo a partir da produção de dois autores naturalistas, Aluísio Azevedo e Inglês de Sousa. Destes autores, serão brevemente comentadas as obras *O Mulato* e *O Coronel Sangrado*, respectivamente, a partir das quais podemos, talvez, encontrar caminhos para diferentes perspectivas sobre o tema, ainda que no caso de Aluísio Azevedo não estejamos lidando com um texto considerado regionalista, como ocorre com o de Inglês de Sousa.

Ao retomar alguns textos historiográficos do século XX (o que se pretende fazer com mais vagar adiante), ou ainda, textos críticos de autores como Mário de Andrade, é possível perceber que mais do que a “cor local” da produção sertanista romântica, são os tons conferidos pela estética naturalista às particularidades regionais que parecem indicar motivos mais intensos para a posterior recusa de parte significativa da crítica literária em relação ao regionalismo. Talvez, por isso, muitas obras produzidas em fins do século XIX e início do século XX sejam mencionadas, quando o são, somente por contrastar ou prenunciar o Modernismo, o momento considerado mais relevante, na escrita de Bosi e Coutinho por exemplo, para a constituição do cânone nacional. A leitura deste primeiro crítico mencionado, ao tratar da obra de Mário de Andrade em *Situação de Macunaíma*, é nesse sentido significativa. Diz ele ao destacar as diferenças de estilo da prosa modernista em relação àquela que a antecedeu:

A mensagem primitivo-modernista (o paradoxo é significativo) parecia não caber nos códigos de prosa herdados da tradição naturalista menor e do regionalismo típico da República Velha das Letras. É por isso que os textos em prosa mais mordentes do período foram, sistematicamente, desvios daquele estilo convencional. (BOSI, 2003, p. 192)

É a esta “tradição naturalista menor e do regionalismo típico”, a qual poderíamos, glosando Afrânio Coutinho, chamar de tradição desafortunada, responsável por agregar textos que tiveram seu valor estético e social reduzido, que se dedicam as páginas seguintes centradas, sobretudo, na questão regionalista vinculada à voga e rasura do Naturalismo. Alguns textos literários, como *Luzia Homem*, de Domingos Olímpio, e *A fome*, de Adolfo Caminha, poderiam ser desta vinculação mais representativos, contudo, no primeiro texto do mais célebre autor naturalista no Brasil e no texto de Inglês de Sousa, que teria a precedência cronológica em relação ao de Aluísio, encontramos algumas linhas de força que pautarão o debate sobre o regionalismo no Brasil, revelando tanto o que é considerado descrédito como mérito da tendência. Assim, a partir dos romances destes dois autores, elencados como as primeiras expressões do Naturalismo no Brasil e que, interessantemente, carregam semelhanças temáticas, poderemos revisitar alguns lances da construção de uma ideia de regionalismo que perpassa diversas histórias da literatura brasileira, as quais deram margem ora à fortuna, ora ao infortúnio de conceitos, obras e autores – e podemos arriscar dizer que o infortúnio pode estar ligado não somente a fatores estéticos, mas geográficos.

## 2 OBSERVAR E INVENTARIAR: AS VOZES DO NORTE

Em prólogo à primeira edição de *Iracema*, José de Alencar diz ao leitor que está reenviando seu texto ao “berço seu”, uma vez que o “livro é cearense” (ALENCAR, 1974, p. 102), assim como em *O sertanejo*, o narrador abrirá a narrativa com uma digressão sobre a sua terra: “Esta imensa campina, que se dilata por horizontes infinitos, é o sertão de minha terra natal. Aí campeia o destemido vaqueiro cearense” (ALENCAR, 1995, p. 13). Obras de “um filho ausente”, como afirma em *Iracema*, ou ainda do filho saudoso que perguntará em *O sertanejo*, “Quando te tornarei a ver, sertão da minha terra, que atravessei há tantos anos na aurora serena e feliz da minha infância?” (ALENCAR, 1995, p. 13), os textos de Alencar encenam pelo dado local das províncias a representação da nação em suas particularidades, sem deixar de revelar neste processo algumas dissonâncias entre a capital e as demais localidades do país. Como afirma João Claudio Arendt<sup>2</sup>, seria Alencar um caso “bastante significativo deste movimento dialético de contemplação da pátria e de regionalização literária”, uma vez que o autor “debruça-se intencionalmente sobre os espaços periféricos do país para, encetando um projeto nacionalista, uni-los ao ‘centro’ e, dessa forma, fortificá-lo” (ARENDR, 2010, p.179).

Nesse intuito de unir espaços diversos ao centro, em benefício de uma imagem de nação,

<sup>2</sup> No texto “Do nacionalismo romântico à literatura regional: a região como pátria”. Revista da ANPOLL, n. 28, p. 175 – 194, jul./dez. 2010.

não somente Alencar irá defrontar-se com críticas em relação às representações das paisagens e homens que não os da Corte, caso exemplar da polêmica em torno de *O gaúcho*, como irá ser, por isso, estímulo para alguns escritores ensaiarem imagens mais “adequadas” ao dado local, como ocorre com Franklin Távora e Bernardo Taveira Júnior, este último proveniente do Rio Grande do Sul. Ainda que estes autores ensejassem, de forma não menos romântica, colaborar com este amplo painel da pátria, conferindo-lhe tons mais próximos da realidade dos territórios afastados do Rio de Janeiro, as reflexões por eles lançadas indicaram algumas oposições entre províncias que caminhariam menos no sentido da homogeneização pátria do que da diferenciação regional, que teria vida longa em nossas letras, as quais, nas palavras de Távora “têm, como a política, um certo caráter geográfico” (TÁVORA, 1981, p. 10).

Para o autor de *O cabeleira*, “mais no Norte, porém, do que no Sul abundam os elementos para a formação de uma literatura propriamente brasileira, filha da terra. A razão é óbvia: o Norte ainda não foi invadido como está sendo o Sul de dia em dia pelo estrangeiro.” (TÁVORA, 1981, p. 10). A questão central é a literatura brasileira e sua representação, como em Alencar, contudo a literatura somente se tornaria propriamente brasileira a partir de um território de produção e representação mais “puro”, longe das modas estrangeiras: o Norte, assim colocado em oposição ao Sul. Vale notar que nos escritos de Alencar a questão da “pureza” dos locais mais afastados do centro, da Corte, também é colocada em pauta sem recair em oposições entre regiões, oposições que foram ganhando traços mais intensos, adentrando a cena intelectual do século XX, de forma a praticamente fazer de uma vertente ligada à

tradição nacionalista um elemento estranho a esta. Assim, o regionalismo, termo que parece ter entrado em voga de fato no século XX, foi tornando-se sinônimo de separatismo, reducionismo, uma “praga”, como diz Mário de Andrade ao ler produções relacionadas a um regional considerado típico e pitoresco.

Recolocando como questão de ordem de seu tempo aquele que fora o projeto romântico de ler e representar o Brasil, Mário de Andrade retoma os tons de lenda que inspiraram Alencar para compor algo irônico e diverso, distante do idealismo de *Iracema*, ainda que não distante do desejo de representar “um Brasil só” (apud BOSI, 2003, p. 97). Em *Macunaíma* destaca-se a recriação desse Brasil na sua mais diversa geografia, pela qual o herói transita a todo momento, indo de um extremo ao outro, diluindo as fronteiras regionais, o que o autor frisa em sua correspondência ao afirmar na rapsódia a “ausência de regionalismo pela fusão de características regionais” (apud BOSI, 2003, p. 97). A associação entre o regionalismo e o estilhaçamento de uma imagem do país já havia sido apontada por Mário de Andrade em 1925, em carta ao amigo Luís da Câmara Cascudo, ao receber deste o convite para o Congresso Regionalista, realizado em 1926 no Recife, sob a liderança de Gilberto Freyre. Entusiasmado, mas receoso, dirá o poeta da Paulicéia:

O tal de Congresso Regionalista me deixou besta de entusiasmo. Em tese sou contrário ao regionalismo. Acho desintegrante da ideia de nação e sobre este ponto muito prejudicial pro Brasil já tão separado. Além disso, fatalmente o regionalismo insiste sobre as diferenciações e curiosidades salientando não propriamente o caráter individual psicológico duma raça porém os seus lados exóticos. (...) É certo, no entanto que o regionalismo bem entendido traz

benefício grande sobre o ponto-de-vista da própria discriminação dos caracteres gerais psicológicos e outros dum povo. (ANDRADE, 2010, p. 64)

Menos enfático do que Paulo Prado ao esclarecer, no *post-scriptum* de seu *Retrato do Brasil*, que seu estudo tinha ao menos “uma qualidade: não é regionalista” (PRADO, 2012, p. 126), Mário de Andrade apresenta suas reservas em relação ao regional enquanto opção estética e atitude política que se detém mais no particular do que no conjunto nacional. Mesmo apontando um “regionalismo benéfico”, como o faz grande parte da crítica que indica os bons textos mais como exceção do que regra, a tônica negativa se mantém no juízo do autor de *Macunaíma* e de tantos outros estudiosos da literatura brasileira, o que pode ter uma possível explicação na relação que Mário, de certa forma, indica na carta ao afirmar a insistência das obras regionalistas em destacar o exótico, as diferenças e curiosidades e “não propriamente o caráter individual psicológico duma raça”.

Ao referir-se ao exótico e ao caráter duma raça, Mário de Andrade parece relacioná-los menos à estética romântica do que à naturalista, relação aliás muito frequente nos estudos críticos e historiográficos do século XX que, de uma vertente da tradição afortunada do século XIX, traçaram uma tradição “menor” que deveria ser sufocada ou, ainda, esquecida. Talvez, por isso, entre o final do século XIX e início do século XX exista quase um lapso da crítica sobre textos que passariam a ser considerados ora como epígonos, ora como anunciadores do Modernismo, o valor estético assim subjugado a momentos e questões externos ao texto. Bernardo Élis, autor goiano lido enquanto regionalista, não deixou de notar a preponderância de obras regionais em fins e

começo de século, bem como a recusa das mesmas, sobretudo a partir de 1916. Diz ele, em seu texto “Tendências Regionalistas do Modernismo” que “a prosa regionalista brasileira, com os requisitos da escola realista-naturalista e algo de impressionismo, floresceu exuberantemente entre o fim do século XIX até aí pelas alturas de 1920-21 (...). A partir, pois, de 1916 o regionalismo começa a ser golpeado” (ÉLIS, 2007, p. 95).

Indicando “a pressão das teorias e experiências estrangeiras” em 1922 como responsável por aproximar a arte de um cosmopolitismo que a afastou do dado regional, o que seria modificado no final da década com “o retorno de nossa ficção às suas tradições de século XIX” (ÉLIS, 2007, p. 96), Bernardo Élis percebe como positivos os “requisitos da escola realista-naturalista” para a formação de tradição exuberante que seria retomada pela “chamada literatura do Nordeste” (ÉLIS, 2007, p. 96), requisitos que parecem ser os mesmos a conferir o tom menor do regionalismo para críticos como Lucia Miguel Pereira, Antonio Candido e Nelson Werneck Sodré, por exemplo. Se o romance de 30, ao qual Élis se refere como a literatura do Nordeste, ganha relevo na leitura de estudiosos como Candido, isso se deve mais à experiência estética renovada posterior à década de 1920 aliada a uma leitura mais madura sociologicamente dos quadros locais, do que de uma retomada da tradição anterior.

Nesse sentido, entre a produção romântica e a modernista, estaria uma produção sem a maturidade da década de 1930 e, por outro lado, carente de uma “humanidade da narrativa”, que coloque o leitor diante “de um problema humano, individual ou social, e que, a despeito de todo o pitoresco, os personagens existem independentemente das peculiaridades regionais”, como afirma

Antonio Candido ao destacar as diferenças entre a prosa sertanista romântica e aquela que se delinea pela inspiração do Naturalismo. O autor da *Formação da Literatura Brasileira* carrega a nota negativa ao afirmar que a literatura sertaneja pós romântica “deu lugar à pior sublitteratura de que há notícia em nossa história, invadindo a sensibilidade do leitor mediano como praga nefasta” ao “tratar o homem como peça da paisagem, envolvendo ambos no mesmo tom de exotismo” (CANDIDO, 1993, p. 192).

Como “peça da paisagem” igualmente lê Lúcia Miguel Pereira o indivíduo representado na ficção regionalista, a qual considera enquanto “fixação de tipos, costumes e linguagens locais” (PEREIRA, 1950, p. 175). Ao tratar da temática regionalista na ficção brasileira a partir de 1870, a autora tece um reflexo que, se não soubéssemos se tratar da prosa regional, poderíamos ler como uma definição da prosa naturalista, uma vez que ela indica o escritor regionalista como aquele que “entende o indivíduo apenas como síntese do meio a que pertence, e na medida em que se desintegre da humanidade; visando de preferência ao grupo, busca nos personagens não o que encerram de pessoal e relativamente livre, mas o que as liga a seu ambiente” (PEREIRA, 1950, p. 176).

Nelson Werneck Sodré<sup>3</sup>, utilizando o texto de Lúcia Miguel como referência, destaca as íntimas relações entre o modelo de prosa naturalista, considerado um esforço equivocado de copiar o real, falseando os fatos e afastando-se “da essência dos problemas” (SODRÉ, 1964, p.383), e a produção regionalista que, igualmente privilegiando o secundário ao essencial, revelou aos leitores menos suas qualidades do que “sua deficiência

fundamental, que lhe provinha em muito da contribuição naturalista, que estava ancorado nos mesmos motivos, tinha as mesmas raízes; a realidade não está apenas na superfície (...) o meio age através das relações sociais – a seca não tem os mesmos efeitos no agregado e no proprietário” (SODRÉ, 1964, p. 417). Uma focalização realista que não se detivesse apenas na superfície tornaria sensíveis aos olhos do leitor as profundas desigualdades sociais, entre agregados e proprietários por exemplo, que moldaram um país cujas regiões revelam diferenças tanto econômicas como culturais.

A estética naturalista em seu aguçamento da representação do real contribuiu para que a prosa de ficção no Brasil ganhasse “em sobriedade e rigor analítico” como afirma Alfredo Bosi (1994, p. 173), por outro lado, a tendência em captar os “revezes da herança biológica [...] a mediocridade da rotina, os sestros e mesmo as taras dos indivíduos” (BOSI, 1994, p. 189) numa acentuada ótica determinista conduziu diversos críticos a uma percepção negativa da mesma. Percepção que Flora Süssekind faz notar, em seu estudo dedicado ao tema, a partir de um juízo de Roberto Schwarz segundo o qual “ao lado de uma renovação do pensamento brasileiro, o entusiasmo científico naturalista viria, contraditoriamente, a sancionar preconceitos de raça e de classe. Só que com o aval da ciência.” (SÜSSEKIND, 1984, p. 140).

Em *Tal Brasil, qual romance?*, a pesquisadora parte dessa ambiguidade sobre uma estética que teria contribuído para uma renovação nas letras e, ao mesmo tempo, corresponderia a uma via problemática e estreita de representação do homem e da sociedade

<sup>3</sup> In SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira – seus fundamentos econômicos*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

brasileira, para discutir a permanência ou “repetição naturalista na estética brasileira” em três momentos, nos quais seria reiterada a “exigência de uma ‘observação cuidadosa dos fatos’”: o fim do século XIX, a década de 30 e a década de 70 do século XX. Persistindo em diferentes tempos, o naturalismo é assim definido como “projeto estético que, por excelência, constituiu sistema na literatura brasileira”, uma vez que “mais do que qualquer outra vertente literária brasileira, o naturalismo torna patente o compromisso de nossa literatura com a identidade nacional” (SÜSSEKIND, 1984, p. 115, 94). Compromisso que daria margem a uma literatura em grande medida superficial e planificadora das fraturas da nação.

Lendo com mais vagar e, sem o peso de rótulos, textos como *O mulato*, de Aluísio Azevedo, e *O coronel Sangrado*, de Inglês de Sousa, poderíamos encontrar bem mais do que a superfície dos fatos e dos tipos. Publicado em 1881, *O Mulato* tem sua referência em alguns estudos historiográficos, como os de Sodré e Lúcia Miguel Pereira, associada à menção de um texto que pouco circulou na época de seu lançamento e, por isso, esteve ausente de muitos estudos de então e da posteridade: *O Coronel Sangrado*, de 1877. As razões para isso, de acordo com a autora, não estariam na fatura estética do texto de Inglês de Sousa, que seria para ela melhor que o de Aluísio, ainda tributário do Romantismo, mas na polarização das letras que se esboçava desde o Romantismo.

Nas palavras de Lúcia Miguel, a oposição Norte e Sul apontada por Távora tinha razão de ser, pois ainda que o Norte tenha se destacado em termos de produção literária, seus autores como “José de Alencar, o naturalista Aluísio Azevedo e atual geração de romancistas do norte tiveram que vir para cá para obter

sucesso” (PEREIRA, 1950, p. 121). O Rio de Janeiro é o “centro receptor”, que chancelava a qualidade literária dos textos e, provavelmente, por não ter passado por este espaço no início da carreira, Inglês de Sousa teria recebido reconhecimento somente pela publicação de *O missionário*, quando então residia no Rio. São especialmente os textos de Aluísio Azevedo, com exceção de *O Mulato*, a representar, para a crítica, o melhor da estética naturalista no país quando “a observação entrou a ser obrigatória no romance” e, com algumas exceções, “só as vozes de Norte se faziam ouvir” (PEREIRA, 1950, p. 122).

Observar e inventariar a realidade foi a tônica da ficção em fins de século, pensando o país com o rigor analítico que deseja afastar-se do idealismo romântico e, assim, passando nas palavras de Bosi “do vago ao típico, do idealizante ao factual” (BOSI, 1994, p. 173). Se a observação mais atenta é considerada um mérito, seu excesso será duramente criticado e, talvez, considerado, nas minúcias que distinguem tipos e lugares, um impulso de separatismo do quadro regional em relação ao nacional, o que de fato não parece proceder em relação à prosa realista-naturalista. Tanto assim que Aluísio Azevedo trata de uma questão, a racial, que perpassa todo o país a partir do quadro típico do Maranhão; no mesmo sentido, Inglês de Sousa tece, no cenário da pequena cidade Óbidos, na Amazônia, uma intriga em torno das brigas políticas que movimentavam todo o país em torno da ideia republicana.

Os dois textos, que inauguravam a estética naturalista no cenário nacional, além de apresentarem como cenário províncias distantes da Corte, irão destacar, a partir do destino trágico de seus personagens centrais, questões sociais que continuariam a repercutir em nossas letras de forma cada vez mais



intensa, desaguando em uma ironia que anula o idealismo romântico em prol de uma observação realista e, não raro, pessimista das relações humanas. No romance de Aluísio Azevedo, Raimundo é o rapaz de vinte e seis anos, dono de “gestos bem educados, sóbrios, despidos de pretensão, falava em voz baixa, distintamente sem armar ao efeito; vestia-se com seriedade e bom gosto; amava as artes, as ciências, a literatura, e um pouco menos, a política”; um cavalheiro que destoa de seu ambiente em função da “tez morena e amulatada” (AZEVEDO, 2008, p. 40). Sendo aquele que retorna à província natal após viagens à Europa e um estadia no Rio de Janeiro, Raimundo, como viajante e leitor, encarna a modernização que chegava de grandes centros, o progresso pela ciência que ensaia compreender males físicos e sociais, o que, todavia, por sua condição de mulato, lhe traz também o peso da mestiçagem enquanto sinônimo de enfraquecimento e marginalidade. Tal contradição intensifica-se ao contato da acanhada sociedade maranhense, cujos homens são em muito distintos deste que chegara para encontrar sua origem e seu fracasso.

Desejando liquidar seus negócios na província para se estabelecer no Rio de Janeiro, Raimundo encontra no contato com o tio Manuel Pescada sua história familiar, sua origem mestiça, e “uma fascinação romântica de abismo” que a prima, Ana Rosa, lhe inspira com sua “palidez simpática de flor do Norte” (AZEVEDO, 2008, p.77, 81). Lucia Miguel Pereira, em sua severa leitura sobre o naturalismo, enxerga no enredo amoroso dos primos um romantismo mal disfarçado por um epílogo realista, o casamento de Ana Rosa com o homem que desprezava após a morte de Raimundo. Contudo, ainda que algumas cenas da natureza preservem o deslumbramento dos

quadros românticos, a narrativa se desenvolve não na direção de um amor sublime, que a morte coroa ou repara, mas na impossibilidade do mesmo pela superficialidade das relações, pelos interesses sociais e biológicos (Ana Rosa deseja ser mãe), pelo entrave representado pela questão racial. Proibido de se casar com a prima, por ser mulato, Raimundo passa de fato a desejar aquela que acreditava poder amar e, por orgulho, pelo ressentimento da interdição, apesar de todas as suas qualidades morais e financeiras, impede-se de seguir adiante, morrendo em uma terra onde tudo permanecerá igual.

São Luís do Maranhão, com seus casebres e seu clima quente, seu cotidiano de rezas, festas e maledicências, seus tipos caricatos como os descrevem o narrador e o próprio Raimundo em suas colaborações no jornal local, assumindo o papel de escritor realista na obra, é o mundo emperrado que expulsa aquele que viera com as marcas do moderno espírito crítico vigente em grandes centros - um mundo emperrado que reencontraremos em vários textos ficcionais do século XX, como em Graciliano Ramos, por exemplo. O romance de Inglês de Sousa, igualmente traz ao leitor a estagnação do vilarejo de Óbidos, cuja movimentação social se dá em torno dos mexericos do dia-a-dia e da política, agitada nos anos de eleição. Igualmente trazendo à cena principal um viajante que, vindo da capital Pará, movimentará a pacata cidadezinha, *O coronel Sangrado* pode ser, como *O Mulato*, considerado um bem sucedido quadro de costumes, com seus tipos populares, seus costumes e relações pessoais pautadas pelo interesse político e econômico. Miguel Fernandes Faria é o rapaz de vinte e dois anos, de um “ar nobre e altivo, temperado pela placidez das feições” (SOUSA, 1968, p. 23), que retorna para a vila natal após as experiências

na capital. O narrador adverte o leitor que um “observador atento veria sob as vestes da moda bater o peito do matuto ingênuo e simples. Para os que o cercavam, porém (...) era um moço do tom que viera trazer da capital as últimas modas e as últimas notícias” (SOUSA, 1968, p. 23).

O narrador, um observador atento, indicará o conflito entre a aparência de Miguel, em sintonia com as modas da capital, e seus impulsos que revelam o ambiente de origem. É assim que, reencontrando a moça que amara em menino, filha do tenente Ribeiro, dono de terras que usurpara da família do rapaz, seus impulsos de homem da terra vencerão a sensibilidade e honradez do “civilizado”. Por orgulho e, mesmo, vingança, Miguel deseja possuir Rita, então casada, e sua indiferença inicial o deixa “confuso ante a petulância de uma roceira. Sofria seu coração (...) mais ainda sofria seu amor-próprio de moço inteligente e educado, de moço da cidade” (SOUSA, 1968, p. 100). Assim como Raimundo, ele é a figura relacionada ao progresso em dissonância com a “roceira” e o ambiente acanhado da província. Contudo, diversamente do fim trágico do mulato (aliás, é o tenente Ribeiro um mulato, julgado não somente pela posição política, como pela racial), Miguel conduzirá à ruína a figura central do romance, o coronel Severino, apelidado coronel Sangrado.

Um homem “magro e comprido, de pequenos olhos pardos, de maçãs salientes e de nariz fenomenal (...) Pés e mãos enormes”, o tenente-coronel Severino “tinha a pretensão de parecer-se com o imperador Napoleão” (SOUSA, 1968, p. 17) e nas revistas ao batalhão tornava-se “malcriado e brigão”, mesmo sendo cordial e pacato quando não estava à serviço da guarda nacional. Figura política de relevo, à serviço do partido conservador, o coronel de nariz, pés e mãos enormes, dimensão física

correspondente à imponência e ao medo que julga exercer sobre os outros, torna-se uma figura caricata quando tamanha “grandeza” se coloca à serviço de pequenas causas, de gritar manobras aos “pobres matutos” de um batalhão de vilarejo, não dispensando os mexericos dos quais se inteirava perguntando a todos que passavam em sua rua “eh! Ó seu aquele, então o que há de novo?” (SOUSA, 1968, p. 18, 27). Sua paixão pela guarda nacional e pelas eleições, nas quais trabalhava impondo sua vontade sob ameaças de prender os rebeldes, era acrescida pela mania da homeopatia, que lhe rendera o apelido de Sangrado, referência às muitas sangrias que receitava.

Este apelido, ironicamente, nos indica o destino do coronel que tem seus brios e seu coração sangrado ao ser traído pelos amigos de partido em sua pretensão política de fazer de Miguel um vereador e traído por este que, fazendo malograr os planos paternos, não se casa com Mariquinha, filha de Severino, mas com a filha de seu rival político, o tenente Ribeiro. Ao cair doente com a notícia de sua derrota como líder do partido, que vencera as eleições, mas desrespeitara seu desejo, Sangrado não se salva nem pelas sangrias; morre gritando “canalhas”, derrotado em suas ambições políticas, que incluíam um genro ilustrado, moço da cidade que poderia chegar a governador.

Em suas animadas cenas do dia-a-dia da província, salpicadas de descrições de tipos humanos e, inclusive moléstias, que conferem ao texto o tom detalhista e cientificista do naturalismo, o romance de Inglês de Sousa logra muito mais do que a construção e descrição de tipos, de hábitos do interior em contraposição às capitais. Seu texto traz ao leitor questões políticas e sociais que agitavam seu tempo; a exploração e violência dos

proprietários de terra sobre os trabalhadores, trazidos a cabresto para as eleições, estão aí representadas em uma prosa fluente que, perpassada pela linguagem cotidiana e regional, deixa entrever a humanidade de uma personagem que não se reduz ao pitoresco. O coronel Sangrado, em sua mania de grandeza, suas causas sem que soubesse perdidas, poderia ser aproximado de uma figura tão interessante e cômica em seu fracasso e ilusão como o capitão Vitorino, de *Fogo Morto*, de José Lins do Rego.

José Veríssimo ao tratar do contexto político da década de 1870, em sua *História da Literatura Brasileira*, nos dá pistas para inferir a relevância do retrato político esboçado no romance.

A Revolução Espanhola de 1868 e consequente advento da República em Espanha, a queda do segundo império napoleônico e imediata proclamação da república em França, em 1870, fizeram ressurgir aqui com maior vigor do que nunca a ideia republicana, que desde justamente este ano de 70 se consubstanciara num partido com órgão na imprensa da capital do Império. Esta propaganda republicana teve um pronunciado caráter intelectual e interessou grandemente os intelectuais, pode dizer-se que toda a sua parte moça, ao menos. Outro caráter da agitação republicana foi o seu livre-pensamento, se não o seu anticatolicismo, por oposição à monarquia, oficialmente católica. (VERÍSSIMO, 1998, p. 326)

Lançado em 1877, *O Coronel Sangrado* encarna este quadro político em que de um lado está o partido conservador, cuja figura central no Pará é o cônego Siqueira, a quem estão subjugados os demais membros, incluindo o coronel, e do outro o partido liberal, do qual destaca-se o tenente Ribeiro, o mulato; partido que constantemente perde as eleições em

Óbidos, em função do poder, ou força, da igreja e do batalhão. Sem deixar os fatos sociais na superfície do enredo, como reclamava Nelson Werneck Sodré em relação aos textos naturalistas, esta obra de Inglês de Sousa, associada igualmente ao regionalismo, deixa-nos algumas interessantes imagens que nos remetem para além da década de 70 do século XIX. Os descompassos do progresso no Brasil, que seguiu ritmos diversos em diferentes regiões, fazendo germinar na literatura múltiplas imagens das mazelas e contradições sociais, já se prenunciam neste romance, em imagens como a seguinte:

As margens do Amazonas são de uma opulência, de um luxo de vegetação, verdadeiramente espantosos; porém, de uma monotonia tal que entristece e acabrunha. Os estragos que o rio vai fazendo nas suas margens, as raras ou misérrimas habitações de tapuios que se avistam aqui e ali, aquelas colossais árvores de folhas brancas quase a se precipitarem no rio, estão muito longe de despertar sentimentos agradáveis, por toda parte ribanceiras negras e canas selvagens, e água, muita água.

De vez em quando manadas de capivaras, que pastavam na margem, atiram-se ao rio, ouvindo o ruído do vapor.

Ao avizinhar-se o Madeira de alguma habitação, os cães acompanhavam com furiosos latidos o compassado bater de roupa da negra lavadeira, e os meninos da casa, saindo precipitadamente do banho, assistiam de pé sobre o cedro que serve de ponte, nus e de braços cruzados, à passagem do mensageiro do progresso. Ao longe, bem retirada da margem por causa das enchentes, a casinha do roceiro com o seu teto de palha e as paredes de um barro escuro. (SOUSA, 1968, p. 25)

A partir do olhar de Miguel, o moço que vem da cidade, uma vez que é este um trecho da carta que escreve a um amigo a bordo do navio Madeira, percebemos as relevantes diferenças

entre a imagem do progresso e uma paisagem monótona, de natureza exuberante, mas de homens e mesmo crianças estagnadas em um tempo que parece não ser o mesmo do navio, o mensageiro do progresso. Se o rio e o navio que nele navega fluem em direção ao futuro, ao progresso, a paisagem ao redor demonstra curso diferente do tempo; ainda que exista susto e interesse, os meninos “assistem de braços cruzados”, a lavadeira continua seu ofício, mostrando que permanecerão na mesma paralisia das grandes árvores e da pobre casinha do roceiro. Este quadro, que problematiza pelo regional os descompassos da nação, nos trazendo à lembrança cenas semelhantes nos textos da posteridade, como em Euclides da Cunha e Graciliano Ramos, nos indica que o naturalismo e regionalismo deste fim de século podem não significar somente o inventário de tipos, hábitos e elementos naturais, afinal a observação e o cuidado com os detalhes a partir de um olhar interessado não deixou de revelar o homem e a sociedade de seu tempo.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No texto “Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história?”, Marisa Lajolo tece uma interessante reflexão sobre a tendência regionalista no Brasil a partir do que ela percebe como “uma das mais recorrentes obsessões da história da literatura brasileira” (LAJOLO, 2005, p. 307), a tensão entre o universal e o local, que atravessa as reflexões historiográficas desde o século XIX. Partindo

dos primeiros esboços históricos de uma literatura nacional aos estudos do século XX, a autora destaca na progressiva focalização do dado local, a gestação do conceito de regionalismo, prenunciado pelo sertanismo romântico e orientado pelo naturalismo na direção de uma “literatura das secas” e do retrato social, como o lê Alceu Amoroso Lima, primeiro crítico indicado por Lajolo a se debruçar sobre a formação dessa vertente literária.

Do olhar simpático aos temas rurais que perpassa a produção historiográfica de Araripe Júnior e Sílvio Romero, entusiasta sobretudo “se o não urbano vier do norte”, ao “banho de mau humor” da leitura de Lúcia Miguel Pereira, estendido à leitura exigente do “pouco paciente com histórias do sertão”<sup>4</sup> Antonio Candido, salvo o sertão de Graciliano Ramos ou Guimarães Rosa, Marisa Lajolo destaca as oscilações e problemas de uma tradição crítica que, geralmente tomando como menor o texto regional, atrelou o regionalismo à exterioridade do texto, ao pictórico, descuidando, em muitos casos, do mesmo enquanto linguagem, recriação estética pela palavra. Assim, tornando-se “divisor de águas entre a boa e má literatura” (LAJOLO, 2005, p. 327) pelo grau de relação que estabelece entre o real e ficcional, o regionalismo é mostra, para a autora, que “a história como texto escorregadio e sinuoso”, diz “sempre muito mais ou muito menos do que parece estar dizendo” (LAJOLO, 2005, p. 298).

Não tendo sido a pretensão deste artigo rediscutir amplamente ou problematizar um conceito fluído como o regionalismo, cujas múltiplas possibilidades de interpretação ainda mobilizam a crítica posta ainda no

<sup>4</sup> LAJOLO, 2005, p. 309, 315, 322.

pêndulo do universal versus o local<sup>5</sup>, a tentativa de aproximação dos juízos críticos sobre o naturalismo e aqueles sobre o regionalismo representou o intuito de vislumbrar o que a crítica historiográfica parece estar dizendo, mesmo no que ela não diz. Para a pergunta, por que o regionalismo é considerado expressão menor, localista, salvo exceções que conseguem pelo local exprimir o universal?, poderíamos encontrar diversas respostas, tomando momentos distintos das histórias da literatura nacional. Entre tantos caminhos, possivelmente, na relação que se estabeleceu entre a expressão regional e o inventário da nação pelo olhar cientificista da prosa naturalista, criticada por seu excesso e “superficialidade”, encontramos motivos que nos façam compreender, na própria sinuosidade das histórias, o infortúnio dessa tradição, mesmo sendo esta herdeira da afortunada, sugerida por Afrânio Coutinho.

A ideia de regional enquanto expressão do real, estritamente ligada às questões locais, e sua consequente negativização, parece de fato vincular-se à leitura, engendrada especialmente por intelectuais que elegem o cânone cosmopolita do modernismo como critério de valor, de que há um descrédito estético quando a literatura se volta a pormenores, ao ambiente, ao impulso de “retratar o homem, a linguagem, a paisagem e as riquezas culturais de uma região particular, consideradas em relação às reações do indivíduo, herdeiro de certas peculiaridades de raça e tradição” (COUTINHO, 1986, p. 235) – trecho este em que Afrânio Coutinho define o intuito da prosa regionalista, mas de fato poderíamos ler aqui, como em Lúcia Miguel Pereira, uma definição da prosa naturalista.

Rasurados em sua fatura estética, muitos textos alinhados ao Naturalismo têm seu valor reduzido por uma leitura que os retém na superfície das questões de raça e meio, assim como aqueles alinhados ao regionalismo, sobretudo a partir da voga naturalista, são lidos na superfície do retrato do espaço, ou meio, em que transitam e falam seus personagens.

As cenas, a composição textual, a humanidade de personagens que, mesmo representando a autoridade que subjuga os demais, atrai a simpatia do leitor, em um texto considerado naturalista e regional como *O Coronel Sangrado*, de Inglês de Sousa, nos abrem margens para problematizar a redução operada em relação aos dois conceitos e às obras a eles associadas. Aliás, as oscilações conceituais podem mesmo ser flagradas em relação ao romance *O mulato*, o qual poderíamos considerar também regionalista, por enquadrar-se na província do Maranhão e trazer explícita, em prólogo do autor, a intenção de trazer à linguagem dos personagens os termos típicos da província, aos quais poderiam não estar habituados os leitores da capital. Se critérios semelhantes aproximam Inglês de Sousa do regionalismo, por que não seria assim com esta obra de Aluísio Azevedo? Talvez em relação a este autor estejamos diante de situação semelhante à de Alencar, em *Iracema*; o texto que provém e retorna ao berço do Ceará, mas lido como representação da nação. *O Mulato*, também escrito na Corte, retorna ao Maranhão, mas não parece ser lido em chave nacional em seus quadros de tipos e ambientes do Maranhão como o texto de Alencar.

<sup>5</sup> Ainda é a contraposição local e universal, margem e centro, que percebemos na crítica contemporânea aos textos de Milton Hatoum e Ronaldo Correia de Brito, por exemplo, autores que participam desse debate declarando sua discordância em relação a uma classificação que seria sinônimo de localismo.

Ainda que a intenção fosse não menos de participar desta tradição de pensar o país, em suas questões raciais, sociais e políticas, a observação atenta do local em Aluísio Azevedo e Inglês de Sousa conduziram, talvez, à impressão maior de uma leitura que separa o dado local do nacional, levada adiante pela crítica do século XX como marca das prosas que se voltam para as regiões do país. Assim, muito do sucesso de narrativas que aliaram de forma bem-sucedida o falar regional ao discurso polido das capitais, os quadros locais e as imagens de um progresso descompassado, como já se esboça em *O Coronel Sangrado* e *O Mulato*, deixou de ser notado em função do reducionismo levado a cabo pelos quadros históricos e conceituais a que sua leitura foi sendo submetida.

É na possibilidade de, sobre alguns fundamentos das histórias da literatura brasileira, ensaiar novas perspectivas, que podemos arriscar ler esta tradição desafortunada (naturalista e regionalista), representativa inclusive de uma linhagem de homens fracassados, arruinados pelo infortúnio social e humano, como indicativo da persistência de mazelas e descompassos de um país que assim problematizado já se vislumbra no texto em que a imagem do mulato indica o desacerto do progresso em uma sociedade estagnada, ou, naquele em que a imagem do coronel Severino, sua aparente grandeza inspirada em Napoleão, versado em ciências, sangrias e política, arruína-se no estreito e matuto ambiente de Óbidos. Ainda hoje, como na imagem recomposta pelo personagem Miguel, nos parece que o navio atravessa o rio, o progresso segue seu curso, mas alguns espaços permanecem estancados no tempo, alguns homens ainda olham das palafitas uma sociedade em que a ruína se mescla à tecnologia. Talvez aí, se justifique o constante

retorno na literatura do regionalismo como tema e classificação incômoda que, como o naturalismo ao qual se confundiu no século XIX, pode ser vista sob novos olhares, sem que o exercício crítico, e não o texto, rasure o homem e a cultura ali representados.

## Referências

- ALENCAR, José de. Prólogo de Iracema [1865]. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Caminhos do pensamento crítico**. Vol.1, Rio de Janeiro: Ed. Americana/Prolivro, 1974.
- ALENCAR, José de. **O Sertanejo**. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- ANDRADE, Mário; CASCUDO. Câmara. **Câmara Cascudo e Mário de Andrade**: cartas 1924-1944. MORAES, Marcos Antônio (org). São Paulo: Global, 2010.
- ARENDT, João Claudio. Do nacionalismo romântico à literatura regional: a região como pátria. **Revista da ANPOLL**, n. 28, p. 175 – 194, jul./dez. 2010.
- ASSIS, Machado. Instinto de Nacionalidade – Notícia da Atual Literatura Brasileira. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Caminhos do pensamento crítico**. Vol.1, Rio de Janeiro: Ed. Americana/Prolivro, 1974.
- AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**. São Paulo: editora Ática, 2008.
- BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BOSI, Alfredo. Situação de Macunaíma. In: **Céu, inferno**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira – Momentos Decisivos**. 7. ed. Vol. 1. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1993.

COUTINHO, Afrânio. **A Tradição Afortunada** (O Espírito de Nacionalidade na Crítica Brasileira), Rio de Janeiro: José Olympio Editora; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. 3. ed. Vol. 4. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1986.

ÉLIS, Bernardo. Tendências Regionalistas no Modernismo. In: ÁVILA, Affonso. **O Modernismo**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LAJOLO, Marisa. Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história? In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 297 – 328.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da literatura brasileira: prosa de ficção: de 1870 a 1920**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1950.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil** – Ensaio sobre a tristeza brasileira. 10 ed. São Paulo: Companhia das Letras 2012.

SOUSA, Inglês. **O Coronel Sangrado**. Pará: Universidade do Pará; Rio de Janeiro: Companhia Gráfica Lux, 1968.

TÁVORA, Franklin. **O cabeleira**. São Paulo: Editora Ática, 1981.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira – seus fundamentos econômicos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual romance?** uma ideologia estética e sua história: o naturalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.